CIDADANIA E DEFESA

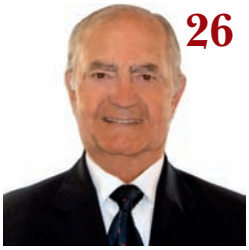
BOLETIM INFORMATIVO
n.º 45 I Setembro - Outubro 2012

Defender e Consolidar a Portugalidade na senda da Ética e do Conhecimento

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL
Instituição de Utilidade Pública

Sumário

3 Editorial
4 Alocução do General Amadeu Garcia dos Santos na Tomada de Posse dos Corpos Sociais da AACDN
5 Alocução do Major-General Vítor Daniel Rodrigues Viana na Tomada de Posse dos Corpos Sociais da AACDN
6 Desvalorizar o Euro e Relançar a Europa (Unida), ou Desistir?
10 As Forças Armadas e a Crise Financeira Internacional
14 Tomada de Posse dos Corpos Sociais da AACDN
16 Os combates por Portugal
19 Linhas de Defesa de Lisboa ou Linhas de Torres
24 Actualidades & Acontecimentos
26 1 de cada vez – Carlos Beaumont



Capa: Tomada de Posse dos Corpos Sociais

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Director **Frutuoso Pires Mateus** Secretário-adjunto **Manuel A. Borges Correia** Editor **Carla Fernandes** Conselho Editorial **Catulina Guerreiro, Luís Maia, Sandra Balão** Colaboração Fotográfica **Fernando Pires** e **Lusa-Agência de Notícias de Portugal** Composição Gráfica e Impressão **Europress, Lda.** Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061 E-mail: europress@mail.telepac.pt Tiragem **1000 Exemplares** Depósito Legal nº **260726/07**

AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa • Tel: 213 465 888 • Fax: 213 257 886 • E-mail: aacdn.boletim@mail.telepac.pt

www.aacdn.pt

Editorial

Pensar, reflectir e agir ...

Eis, Caros Associados, as motivações fundamentais que irão dinamizar e orientar as actividades da nossa Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN) nos próximos tempos.

Hoje, o mundo à nossa volta, a sociedade em que vivemos, apresenta-nos um certo (ou incerto) conjunto de riscos e ameaças, mas, também, oportunidades singulares. O nosso olhar, por isso mesmo, para o mundo e para a sociedade deve e terá de ser um olhar de integração e de quem procura soluções para valorizar os meios que são colocados à nossa disposição.

A nossa Associação, com as valências de que dispõe, concretizadas pelo conjunto de especialistas que foi incorporando ao longo dos seus mais de trinta anos de vida, tem de sentir especiais responsabilidades na divulgação pública daquilo que é, realmente, a Defesa Nacional, colocando todos os seus saber e experiência ao serviço de Portugal.

A nossa Associação, enquanto Instituição viva e actuante, precisa de TODOS os AUDITORES, de todos Cursos de Defesa Nacional, para cumprir a Missão para que foi criada e para os fins estabelecidos nos seus Estatutos. É assim, que nós nos sentimos na obrigação de solicitar a TODOS VÓS, que estais de corpo e alma na AACDN, o seguinte:

– Cada um, dentro do seu curso sinta o porquê do afastamento da AACDN de outros colegas;

– Cada um, procure (convictamente) o regresso dos seus colegas de curso ao seio da AACDN.

Os actuais Corpos Sociais da AACDN tudo farão para sensibilizar todo o universo de auditores para que aqueles, que nunca se inscreveram na Associação, o façam e, ainda, para a "recuperação de associados ausentes" os quais por qualquer razão, deixaram de ser sócios.

Será bom que todos nós tenhamos uma participação activa, efectiva e consequente no cumprimento da Missão Geral da AACDN... pensando, reflectindo, agindo.

Será bom que nós estejamos unidos pois assim conseguiremos o apoio mútuo e praticaremos, natural e conscientemente, o sentimento de partilha.

A Todos vós pedimos uma colaboração activa, eficiente e eficaz no nosso Boletim Cidadania e Defesa... lendo, escrevendo, aconselhando e divulgando. Com ele, também, pretendemos estimular e aproveitar a participação efectiva e consequente de todos os colegas associados.

Caros Associados, contamos com a ajuda de TODOS para a execução das tarefas que enformarão o mandato que agora iniciamos.

Agradecemos a confiança que VÓS depositastes em NÓS.

Podeis estar certos que Nós saberemos preservar os valores éticos e culturais que constituem a Identidade Nacional.

Acreditai que tudo faremos para o fortalecimento de uma cultura de Cidadania e Defesa Nacionais, isto é, "Defender e Consolidar a Portugalidade na senda da Ética e do Conhecimento".

Porque temos confiança, cultivamos a esperança e acreditamos no futuro.

O futuro é, terá de ser (sempre), PORTUGAL.

O Presidente da Direcção
Frutuoso Pires Mates
Associado n.º 186

Alocução na Tomada de Posse

– Chegou a hora!

– Concluído o processo eleitoral, apurados os respectivos resultados, concretizada a posse dos novos corpos sociais, chegou a hora de "pensar, reflectir e agir".

PENSAR, REFLECTIR E AGIR

Estas são as grandes e fundamentais motivações que irão dinamizar a próxima e a futura actividades da nossa Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

Esta Associação, com mais de trinta anos ao serviço de Portugal, tem como um dos seus principais fins estatutários o de: "Participar activamente na definição e difusão de conceitos doutrinários e realizar estudos no âmbito da Segurança e da Defesa Nacional".

E ainda, para a consecução deste fim estatutário: "desenvolver prioritariamente, a sua contribuição para a definição dos cenários estratégicos em que o País se integra".

O Senhor Professor Doutor António Sampaio da Nóvoa, Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no seu discurso do passado dia 10 de Junho, proferiu as seguintes palavras:

e cito

"Porque Portugal tem um problema de organização dentro de si:

– Num sistema político cada vez mais bloqueado;

– Numa sociedade com instituições enfraquecidas, sem independência, tomadas por uma burocracia e por uma promiscuidade que são fonte de corrupção e desperdício;

– Numa economia frágil e sem uma verdadeira cultura empresarial.

Estão a surgir, é certo, sinais de uma capacidade de adaptação e de resposta, de baixo para cima. Precisamos de transformar estes movimentos numa acção sobre o País, numa acção de reinvenção e de reforço da sociedade.

Chegou o tempo de dar um rumo novo à nossa história. Portugal tem de se organizar dentro de si, não para se fechar, mas para se abrir, para alcançar uma presença forte fora de si.

Não conseguiremos ser alguém na Europa e no Mundo, se formos ninguém em nós.

Não é por sermos um país pequeno que devem ser pequenas as nossas ambições. O tamanho não conta; o que conta, e muito, é o conhecimento e a ciência" (fim de citação).

A estas considerações eu acrescentaria que Portugal carece de definir um rumo para o seu desenvolvimento e para a sua afirmação.

E Portugal dispõe de todas as condições para o fazer. Existe conhecimento. Existe ciência. Existe tecnologia. A nossa carência é não estarmos a conseguir aproveitar todo este potencial para reorganizarmos a nossa estrutura social e produtiva, para transformarmos as nossas instituições e empresas, para motivarmos e integrarmos uma geração qualificada que, assim, se vê empurrada para a precariedade, para o desemprego e para a emigração.

Nós, Portugueses, somos extraordinários executantes. Demonstrámo-lo em todo o mundo, sempre e ao longo dos séculos. Falta-nos, por vezes, capacidade para planear a prazo e para orientar e dirigir esse planeamento.

Falta-nos, quantas vezes, disciplina e rigor para exigir a responsabilidade da correcta, conveniente e isenta execução das actividades que devemos levar a cabo.

Estes são os nossos mais profundos e congénitos defeitos.

Defeitos que teremos, todos, de nos esforçar para corrigir.

É por aqui que passa o nosso futuro, um outro futuro para Portugal.

É por aqui, também, que passará a credibilidade, a dinâmica e a força da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

Disse.

General Amadeu Garcia dos Santos
Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sócio n.º 771/79 da AACDN

dos Corpos Sociais da AACDN

29 de junho de 2012

Excelências,
Minhas senhoras e meus senhores,
É sempre com grande satisfação que o Instituto da Defesa Nacional recebe os seus Auditores, naquela que foi, é, e será sempre a Vossa casa. Ainda para mais, tratando-se da cerimónia de posse dos novos corpos sociais eleitos da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.
Gostaria assim de começar por felicitar os órgãos eleitos, na pessoa do General Garcia dos Santos, Presidente da Assembleia Geral, do Tenente-General Pires Mateus, Presidente da Direção e do Dr. José da Silva Monteiro, Presidente do Conselho Fiscal.
Como auditores dos cursos de defesa nacional, sabem melhor do que ninguém que é nos cidadãos e na promoção de uma cultura de segurança e defesa que começa a concretização de uma vontade coletiva de segurança nacional.
Nesse sentido, a formação dos cidadãos para uma cultura de segurança e defesa ocupa um lugar cimeiro no quadro das competências que estão legalmente cometidas ao Instituto da Defesa Nacional. E nesse âmbito é impossível não destacar o papel que tem tido o Curso de Defesa Nacional, que no próximo mês de Novembro entra já na sua 37ª edição.
Apesar do aumento da oferta universitária na área da segurança e defesa, o curso continua a revelar uma procura bastante superior às vagas disponíveis, sendo hoje uma referência para as elites portuguesas, pelos seus conteúdos multidisciplinares, pelo seu carácter único de plataforma de reflexão conjunta entre militares e sociedade civil, entre altos funcionários e académicos, em torno dos temas da segurança e da defesa nacional.
Anualmente, o Curso de Defesa Nacional, orientado para as elites dirigentes, tem conseguido reunir entre os seus auditores quadros superiores da administração pública, académicos, empresários, jornalistas, quadros superiores das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança, representantes dos partidos políticos e organizações sindicais, e de outras instituições da sociedade civil.
E isto não acontece por acaso. O curso é realmente um fórum privilegiado de discussão de questões de segurança e defesa, que proporciona aos auditores um contacto atualizado com as realidades nacional e internacional e o intercâmbio de ideias decorrente da diversidade de formação académica e experiência profissional dos participantes.
Ao longo destes anos, o Curso já formou mais de 1500 auditores – atores privilegiados para a construção de uma cultura e de uma consciência nacional de segurança e defesa. Ora, nessa ação é justíssimo sublinhar o papel insubstituível da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, que tem contado sempre com o merecido apoio e incentivo do Instituto de Defesa Nacional.
Recordo, apenas por ser a iniciativa conjunta mais recente, a organização de um curso de atualização para auditores de defesa nacional, que contou com uma

grande participação e com oradores bastante qualificados.
Minhas senhoras e meus senhores, é costume dizer-se que as organizações só sobrevivem com sucesso se se souberem renovar. Penso que o Curso de Defesa Nacional tem sido exemplo dessa capacidade de renovação.
Definimos para o Curso de Defesa Nacional três prioridades ambiciosas: diversificar o universo dos seus destinatários, de forma a gerar dinâmicas multiplicadoras; ampliar as sessões de reflexão e debate e valorizar a investigação; e assegurar o reconhecimento das matérias lecionadas no curso por parte do sistema de ensino superior nacional.
É pois com satisfação que vemos hoje, ao lado dos quadros da administração pública e dos oficiais das instituições de segurança e defesa nacional, outros auditores ligados ao mundo empresarial, ao mundo do ensino e ao mundo da comunicação social.
É com orgulho que assistimos ao peso crescente dos painéis temáticos, dos trabalhos de investigação e das discussões dirigidas, nas quais os auditores têm tido um papel empenhado e qualificado. É também com gosto que podemos anunciar o facto de termos assinado já 10 protocolos com Universidades portuguesas com vista ao reconhecimento de créditos do Curso de Defesa Nacional, para efeitos de prosseguimento de estudos pós-graduados.
No entanto, o sucesso de uma casa como o Instituto da Defesa Nacional depende não apenas da sua capacidade de iniciativa própria, mas também do contributo da sociedade civil - e desde logo do fortalecimento desta relação frutuosa com a associação de auditores.
Queremos renovar esta parceria e também por isso vos deixo o desejo sincero dos maiores sucessos para o mandato que os novos corpos sociais agora iniciam. O vosso sucesso será o nosso sucesso. E por isso sabem bem que poderão sempre contar com um Instituto da Defesa Nacional de portas abertas, em Lisboa e no Porto, para estes embaixadores da cultura de segurança e defesa que são os auditores dos cursos de defesa nacional.
Muito obrigado.

Major-General Vitor Daniel Rodrigues Viana
Director do Instituto da Defesa Nacional
Sócio Honorário n.º 28 da AACDN

Desvalorizar o Euro e Relançar a Europa (Unida), ou Desistir?

A atual crise da Zona Euro não resultou de causas internas ou externas relativamente recentes. Não foram a falência do Lehman Brothers, ou a crescente insolvência dos países periféricos da Europa do sul, que estiveram na origem do descalabro de hoje em dia. Na realidade estes foram apenas epifenómenos pouco relevantes num processo mais antigo e mais profundo: a irracional fixação inicial do câmbio do Euro, associada à obstinada teimosia alemã em manter o seu valor no nível mais alto possível.

Na sequência da assinatura do Tratado da União Europeia (Maastricht, 1992), o Conselho Europeu decidiu, em 1998, que a União Europeia teria uma moeda comum. Entre 1994 e 1999, foi criado o Instituto Monetário Europeu e aprovado o nome Euro para a moeda única. Ainda em 1999 as taxas de câmbio das moedas participantes foram fixadas com carácter irrevogável. O euro passou a ser a moeda comum da Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Espanha. A Zona Euro foi alargada em 2001, com a entrada da Grécia e, em 2007, com as de Malta e de Chipre.

"Quando o Euro começou, um euro valia 1,16 dólares[1], depois baixou e chegou a valer apenas 0,82 dólares, e agora um euro é um 1,42 ou 1,43 dólares e, portanto, é a moeda mais forte de todo o mundo."[2] De notar que estas variações não resultaram de medidas tomadas pela União Europeia, mas sim de circunstâncias essencialmente ligadas ao dólar.

Por outro lado, a ambição europeia de destronar o dólar e, mesmo, a libra das suas posições de moedas de referência internacional, traduzida numa injustificável sobrevalorização do euro para o conseguir, provocou perda de competitividade das exportações dos países membros da União Europeia "perifericamente" mais fracos, em mercados cada vez mais dominados pelos produtos baratos de economias emergentes. Tal ambição – que tem sido mantida obstinadamente pela Alemanha, apoiada pelos países bálticos (embora se adensem continuamente os prenúncios de perigosas consequências da sobrevalorização) – conduziu ao humilhante desastre de hoje em dia.

Para situar devidamente os efeitos da sobrevalorização do euro, é importante ter em atenção que a Alemanha e os países periféricos da zona euro são duas economias estruturalmente muito diferentes:

- A Alemanha, grande país, com uma população de 81,8 milhões de habitantes e PIB de 2,6 biliões de euros em 2010, é o maior exportador mundial, com exportações no valor de 960 mil milhões de euros em 2010 (principalmente produtos capital-intensivos e de alta tecnologia, tais como automóveis, veículos pesados destinados à indústria de transportes, máquinas, produtos industriais, etc.);
- Portugal, um pequeno país periférico mais ou menos representativo do grupo, tem uma população de 10,6 milhões de habitantes e, em 2010, atingiu um PIB de 172,6 mil milhões de euros e exportou 65,9 mil milhões de euros[3] (dum modo geral, produtos com fraca incorporação de tecnologia e essencialmente trabalho-intensivos, tais como agrícolas, cortiça, têxteis, sapatos, etc.)

A Alemanha é, portanto, muito maior e mais "blindada" na concorrência do comércio internacional que os países periféricos da Zona Euro, os quais, com o euro sobrevalorizado, exportam a preços de sacrifício, cada vez menos e, mesmo assim, perdem mercados.

É óbvio, ainda, que a Alemanha não só não compreende a debilidade das políticas periféricas perante factores externos, como se sente imune a grande parte desses factores. Por outro lado, a Alemanha nunca foi um modelo de solidariedade com todos os outros países membros e por razões políticas internas e eleitorais, dá muito mais importância ao seu orgulho nacionalista que à defesa dos interesses dos outros Estados seus parceiros na Europa do Euro.

Mesmo neste quadro, torna-se incompreensível que a Alemanha atropele as prerrogativas dos órgãos directivos comunitários (Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu e Comissão Europeia), chamando a si a decisão quanto à condução económica e financeira da Zona Euro, e que as estruturas comunitárias escolhidas por todos os países membros da União aceitem esta usurpação antidemocrática das suas funções. O egoísmo da Alemanha leva-a a pensar que pode continuar livremente a manter a sobrevalorização do Euro porque só tem a ganhar com isso. Não lhe interessa tomar consciência do estrago que tal política provoca na economia dos países mais débeis, que cada vez exportam menos, e que as suas balanças comerciais sejam crescentemente

negativas a ponto de não conseguirem corrigir os défices. O resultado está à vista: a Alemanha a impor os seus interesses e os países periféricos a terem que se sujeitar a actuações que os destroem lentamente.

Para agravar o potencial destrutivo da decisão de manter o euro sobrevalorizado, houve circunstâncias externas desfavoráveis e, na Zona Euro, erros políticos indesculpáveis:

- A crescente concorrência dos produtos de economias asiáticas agressivamente competitivas – que, não só fechavam a porta à entrada dos produtos exportados pela Zona Euro (para elas excessivamente caros), como começavam a exportar para a Europa produtos a preços impossíveis de acompanhar pela produção local[4] – foi sobranceiramente desprezada pelos poderes políticos dominantes na Zona Euro;
- A generalizada tendência no mundo ocidental, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos da América, de acompanhar a "moda" vigente no início do século XXI de financiar obras, melhorias sociais e despesas de consumo lúdicas e sumptuárias, com empréstimos abundantes, inconsistentes e sempre crescentes – que

Contrariamente ao que a Chanceler Merkel pensa – se é que o faz – a solução não é um processo repetitivo de agravamento das imposições de crescente austeridade

os Estados não só permitiam, como até incentivavam em nome da sociedade de bem-estar e dum Estado Social empolado muito para além das possibilidades reais das suas economias – tendência esta que ajudou a conduzir a Zona Euro para o desastre;

- A total inexistência de regulação financeira da Zona Euro (e a certo modo, a fraqueza do controle que existe nos Estados Unidos), que permitiu a manutenção de um ambiente de eufórica riqueza aparente das sociedades, dos Bancos, de certos Fundos de Investimento (cada vez mais opacos e tóxicos, como mais tarde – muito tarde – se viria a descobrir), e a inconsciência dos Governos, que para se manterem no poder se endividavam, a si e aos seus sistemas bancários, contraindo sucessivos empréstimos que não tinham possibilidade de pagar.

Perante este conjunto de influências prejudiciais, a actual política económica da Zona Euro é um erro que nos está a arrastar para o desastre, o que é já flagrante pela evolução dos acontecimentos, cujo julgamento é claro e incontornável: a sobrevalorização do euro e a política de austeridade imposta pela Alemanha castigam tudo e todos, castigados e castigadores:

- Castigam os países incapazes de exportar as suas produções a valores que, em euros, não são internacionalmente competitivos e, em consequência, entram numa espiral fatídica de endividamento crescente a juros desproporcionados e que são, por isso, sujeitos a sanções impiedosas, que os atiram para a recessão, para o incumprimento, para a falência e provavelmente para a expulsão, não só da Zona Euro, como também, possivelmente, da União Europeia;
- Castigam todos os países da Zona Euro, mesmo os que, embora estando estruturalmente em condições de competir nos mercados internacionais, começam, também eles, a sofrer as consequências dos efeitos reflexos das dificuldades dos vizinhos mais fracos e a serem, por contágio irracional, penalizados também com juros progressivamente mais altos.

Em resumo, impor aos países em dificuldades na Zona do Euro medidas de austeridade e punitivas, que têm como resultado recessão, desemprego e empobrecimento, e admitir, até, que eles devam sair do euro, para que possam adoptar uma nova moeda, desvalorizada em relação àquele, é desampará-los totalmente, depois de os ter explorado até ao limite com políticas destinadas a favorecer o núcleo central europeu (um exemplo, entre muitos outros, a Politica Agrícola Comum).

Contrariamente ao que a Chanceler Merkel pensa – se é que o faz[5] – a solução não é um processo repetitivo de agravamento das imposições de crescente austeridade, podendo terminar na expulsão, mas sim a correcção da actual sobrevalorização do euro nos mercados internacionais. A solução é uma desvalorização do euro, provavelmente para 75-80% do valor actual. Esta acção teria duas consequências altamente benéficas:

- A nível das transacções no mercado externo à Zona Euro, a desvalorização aumentaria imediatamente a competitividade dos países mais débeis e com produções menos nobres e mais desfavorecidas.
- Dentro da Zona Euro, onde se processa internamente a maior parte das transacções comerciais, o efeito seria à primeira vista nulo, mas na prática, como aumentariam as transacções para o exterior da Zona e diminuiriam as importações de produtos e serviços do exterior (que passariam a ser mais caros com o euro desvalorizado), o resultado conjunto seria um forte recrudescimento da actividade produtiva e comercial dentro da Zona. O desemprego diminuiria e o endividamento novo também.

Há quem conteste a validade destas afirmações, alegando que:

- O Banco Central Europeu não pode intervir nos mercados;
- Quem controla o valor do euro não é a Europa, mas os Estados Unidos que, esses sim, deveriam valorizar o dólar em relação ao Euro;
- O efeito benéfico do aumento das exportações e da diminuição das importações, provocados pela desvalorização do Euro, seria anulado pelo aumento do preço interno dos combustíveis.

Julga-se que não é necessariamente assim, porque:

- O BCE pode provocar uma depreciação do euro, emitindo mais moeda, que aplicaria criteriosamente na colmatação das necessidades de financiamento dos países mais críticos. A desvalorização acarretaria sempre um agravamento inicial do nível de vida na Zona Euro, contudo rapidamente mais que compensado pelo aumento de exportações e pela diminuição de importações. Por outro lado, porém, a injecção de mais moeda e a crescente receita das exportações dariam origem ao aparecimento de excedentes e, se estes excedentes não fossem devidamente controlados, a inflação resultante tornar-se-ia perigosa. Há contudo uma maneira virtuosa e eficaz de manter controladas as tendências inflacionistas, que consiste em impor uma consignação automática dos exce-

dentes para um fundo intra Zona Euro, exclusivamente destinado a corrigir os desequilíbrios das balanças comerciais dos países periféricos, reduzir as atuais assimetrias e possibilitar a convergência das respectivas economias dentro da Zona Euro.

De qualquer modo, a desvalorização seria muito mais justa e teria efeitos menos destrutivos que a actual austeridade punitiva, tanto do agrado do eixo germano-francês[6]. E, por outro lado, é muito mais fácil e compensador distribuir excedentes às populações em crise, de modo controlado e equilibrado, do que impor-lhes austeridade, privações, punições e, até a saída do Euro.

- Os Estados Unidos não têm qualquer intenção de valorizar o dólar. Também não se poderão opor a uma depreciação do Euro e nem sequer a poderão acompanhar, porque a China, credora da maior fatia da monstruosa dívida americana, nunca tal permitirá.
- Para serem correctamente estimados, os efeitos de uma desvalorização do euro devem ser apreciados à luz dos mercados em que ela será sentida:
  - No mercado externo, os novos preços dos produtos da Zona Euro torná-los-iam mais competitivos, conquistando novos mercados e alargando a penetração em mercados onde já houvesse presença (por exemplo, a competição entre a Boeing e a Airbus seria fortemente deslocada em favor desta última). Os preços internos dos combustíveis importados pela Zona Euro aumentariam, mas este aumento repercutir-se-ia sobretudo nos transportes. No caso português, a maior parte das nossas exportações actualmente em crise, não é energia-intensiva e a energia neles incorporada é principalmente electricidade, que está a ser crescentemente produzida a partir de fontes renováveis (hidroeléctricas, eólicas, foto-térmicas e fotovoltaicas).
  - No mercado intra Zona Euro, em termos imediatos não deveria haver modificações, porque todos os custos internos (em euros) não seriam alterados. Contudo, por influência do efeito de escala que o aumento das exportações permitiria, os custos de produção baixariam, arrastando os preços e dinamizando o mercado interno.

No mercado das dívidas soberanas, a maioria dos credores são entidades e instituições da Zona Euro, pelo que a relação de valores não seria alterada para estes. A desvalorização prejudicaria apenas os credores externos à Zona.

A teimosia em manter o euro sobrevalorizado é uma atitude assassina para os países desfavorecidos e suicidária para todos os países europeus. Pelo contrário, desvalorizar o euro, seria bom para os países da Zona Euro e seria bom para a União Europeia. Seria muito bom para Portugal.

Atingida a conclusão que a crise dos países periféricos e, por inevitável contágio, o seu alastramento a toda a zona Euro, só podem ter solução com uma adequada desvalorização, interessa imaginar de que modo é que tal desvalorização poderia ser posta em prática na Zona Euro e em que condições. Um facto amplamente comprovado em todo o Mundo é que países com problemas de perda de competitividade das suas exportações e balanças comerciais deficitárias recorrem com sucesso a desvalorizações cambiais para correcção dos défices e a transferências internas para corrigir assimetrias inter-regionais. Se a Zona Euro fosse um país único, a desvalorização cambial seria o procedimento adoptado para resolver a crise.

Por que razão fechar os olhos a esta realidade e não aceitar que o processo pode ser utilizado pelo conjunto dos países da Zona Euro? Por quê insistir em austeridade e punições, que estão a provocar sucessivos e contagiantes descalabros económicos e financeiros? Por quê prescindir dos efeitos úteis e poderosos duma adequada desvalorização para consolidar a Zona Euro, que possibilitaria a recuperação e o reequilíbrio dos países em crise e a convergência das respectivas economias?

Para que a Zona Euro sobreviva e tenha futuro é imprescindível que ela comece a actuar como um País virtual, política, económica e financeiramente estruturado e coeso. Dentro duma Zona Euro assim estruturada, os atuais Estados Membros, passariam a comportar-se como Estados Regionais[7], todos com iguais prerrogativas e sem auto-atribuídos direitos unilaterais de comando (como os que actualmente a Alemanha se arroga dentro da zona euro, de modo prepotente e sem qualquer legitimidade democrática).

---

[1] Esta paridade inicial foi fixada num nível excessivamente alto que visava tornar o euro uma moeda internacionalmente forte, o que foi conseguido.

[2] Afirmação do Presidente Cavaco Silva, durante uma visita a Caminha, em Julho de 2011, transcrita do *Diário de Notícias*, de 17 de Julho de 2011. Da mesma notícia, referem-se mais excertos: "Não há dúvida que um euro menos valorizado poderia trazer, do ponto de vista económico, mais exportações e competitividade para toda a Europa." E ainda que: "Se o euro não estivesse tão forte em relação ao dólar, porventura a economia europeia não estaria em situação tão vulnerável como hoje se apresenta em termos financeiros."

[3] Estimativas do INE

[4] Facto do qual a proliferação de "lojas dos chineses" em Portugal é um exemplo óbvio.

[5] *Errare humanum est, perseverare diabolicum* (Wikipedia). A maquiavélica atitude da Chanceler Merkel ilustra bem a anedota popular que diz: Se tirarmos as asas a uma mosca, ela fica surda, porque se depois lhe ordenarmos "Voa!", ela não o faz.

[6] É importante referir o medo visceral que os alemães têm da inflação, reminiscência dolorosa da hiperinflação da República de Weimar que ajudou a guindar Hitler ao poder.

[7] Estados regionais como, por exemplo, os "Länder" da República Federal Alemã.

Autor

Carlos Beaumont
Sócio n.º 192/85 da AACDN

Brigada de Reacção Rápida

As Forças Armadas e a Crise Financeira Internacional

A recente decisão do Ministério da Defesa Nacional ao cancelar, ao que parece definitivamente, a compra dos dez helicópteros "*NH90*" para o Exército, coloca em causa a funcionalidade dessa grande unidade do ramo, a Brigada de Reacção Rápida, que utilizaria esses aparelhos em missões aerotransportadas e que, como é do conhecimento dos decisores políticos, é uma das tarefas principais da brigada em causa e à qual estão adstritas as tropas pára-quedistas, as tropas comando e os elementos de Operações Especiais de Lamego, todas elas preparadas para operações em que o factor aéreo é de extrema importância.

Ora, o problema da anulação dessa encomenda no valor de quatrocentos milhões de euros tem consequências diversas.

Em primeiro lugar, um helicóptero, seja de transporte, de combate ou de reconhecimento, é hoje, e cada vez mais, um vector fundamental para que uma unidade com as características da BrigRR possa actuar com eficiência, segurança e rapidez (três pontos a ter em conta num conflito moderno e/ou assimétrico). Por outro lado, a decisão dos responsáveis da Defesa Nacional vai afastar Portugal do consórcio que constrói o aparelho com eventuais perdas de um importante *know-how* para

a indústria nacional, que já sofreu enormemente com a desistência de Portugal do programa do avião de transporte táctico "*A4OOM*". Em terceiro lugar, tendo sido formados já pilotos e técnicos na manutenção do *NH90*, qual o destino desse capital humano e como se justificam os custos da sua formação, que teve lugar em Portugal e no estrangeiro. Trata-se de mais um episódio negativo com reflexos na operacionalidade do Exército, acabando por ser o reflexo da grave crise que é vivida pelo aparelho militar português nos últimos anos, com repercussões no pessoal que serve Portugal nas suas forças armadas. A esta endémica situação soma-se agora, também, a crise financeira que assola o mundo ocidental e que, ao que tudo indica, poderá ser de longa duração.
Efectivamente, a modernização que se exige para as forças armadas portuguesas não se compagina com o sistemático adiar de soluções que só servem para agravar ainda mais o estado de obsolescência de muitos dos meios que estão ao serviço dos três ramos, em nada ajudando o país a acompanhar o avanço tecnológico que, apesar da crise do mundo ocidental, alguns dos aliados da NATO vem dando na modernização dos seus aparelhos militares. A isto acresce outro factor a ponderar que é o de saber se os nossos militares se sentem motivados, utilizando equipamentos ultrapassados, muitos deles com idade mais que suficiente para enriquecerem os nossos museus vocacionados para a História Militar.
Neste pequeno trabalho pretende-se tão-somente, chamar a atenção para o panorama de cada um dos ramos, num momento em que o Poder Político continua a estar empenhado, e bem, em ter militares em diferentes teatros de operações (no âmbito da NATO ou da ONU, integrando contingentes de outros Estados), daí advindo prestígio para o país e para a instituição militar. Porém, ao que parece, esquecendo que essa participação, para ser eficaz e isenta de sérios riscos, obriga a um esforço do decisor político, de natureza técnica e com os naturais custos financeiros, e isto se o Poder Político continuar a querer ter forças dignas desse nome.

Armada

Sendo o ramo das forças armadas com mais vocação para "mostrar a bandeira" além-fronteiras, a nossa marinha de guerra sofre de carências de vária ordem que só não se tornam mais notórias devido ao elevado profissionalismo dos homens e das mulheres que, fazendo jus aos uniformes que vestem, têm operado milagres nos navios em que prestam serviço.
Corvetas com quarenta ou mais anos de serviço (classes "João Coutinho" e "Baptista de Andrade"), unidades navais concebidas para actuarem em águas tropicais e com meios próprios para operações de controlo de tráfico de armas para os nacionalistas africanos ou para apoio a grupos de fuzileiros em operações em rios e zonas costeiras da Guiné, Angola e

NH 90

Moçambique, continuam ao serviço, dotadas de equipamentos que já nada têm a ver com a guerra moderna (sistemas de armas, acomodações para as tripulações, etc.). Ainda há bem poucos anos quando se via um desses navios a subir o Tejo se dizia "lá vai um navio do Quintanilha" (o penúltimo Ministro da Marinha do Estado Novo e um dos grandes impulsionadores de uma Armada forte e moderna, com especial vocação africana).
Quanto aos três patrulhas da classe "Cacine", as suas vetustas idades já não lhes permitem muitas navegações e aventuras e coitadas das suas guarnições, não deve ser nada agradável viver num navio que foi pensado para, como as corvetas, operar em curtas missões nas colónias. Como o triste, diria mesmo anedótico, episódio dos patrulhas da classe "Viana do Castelo" parece não ter fim, resta aos responsáveis navais esperar que o Poder Político resolva (se puder), com coragem e a rapidez de um TGV, o problema dos Estaleiros de Viana e apurar se os mesmos estão à altura de concluir os navios que a Marinha desgraçadamente lhes encomendou ou se, quem sabe, terá de ser um estaleiro estrangeiro (e o Afeite, para que serve?) a resolver o problema com o desprestígio daí resultante para um país que já construiu, entre 1933 e 1974, navios de diferentes tipos (avisos, destroieres, patrulhas, draga-minas, lanchas de fiscalização e de desembarque, petroleiros, navios-hidrográficos, etc.).
Mesmo os navios mais modernos (?), as três fragatas da classe "Vasco da Gama" e as duas da classe "Karel Doorman/Bartolomeu Dias" estão com vinte anos e é tempo de se proceder à modernização das três primeiras unidades. Resta saber se existem meios financeiros para essa modernização. Sinceramente, vejo nuvens muito cinzentas no horizonte de cinco/dez anos para que tal se concretize. Ou será que vamos ter fragatas com a duração das da classe "*Comandante João Belo*"?
Quanto aos dois submarinos, espera-se que haja dinheiro para que as suas tripulações os possam operar ou, no mínimo, treinar-se em condições, e que os mesmos integrem com regularidade os exercícios realizados com as forças navais dos nossos aliados da NATO. É bom lembrar que esses dois navios custaram mais de mil milhões de euros aos cofres do Estado.

Há que pensar, também, na substituição ou modernização dos quatro/cinco (?) helicópteros orgânicos da Armada pois não me parece aceitável um grupo de cinco fragatas operar apenas com tão reduzido número de aparelhos.
O petroleiro "*Bérrio*", já com os seus quarenta e um anos, aguarda uma substituição e seria bom ver os estaleiros portugueses terem uma palavra a dizer sobre o assunto (?).
Finalmente, os fuzileiros navais continuam sem os meios adequados para as suas missões (falta um LPD ou um LSD, os veículos blindados de combate e de transporte e os mísseis terra-ar). Foi uma pena, nos anos noventa, o governo não ter adquirido em segunda mão, como fez o executivo de Madrid relativamente à sua Marinha, um LSD da classe "*Newport*". Foram e serão anos em que a nossa infantaria naval não terá capacidade de se projectar em terra a partir de um meio próprio (a LDG "*Bacamarte*" não reúne essas condições e está a caminho dos trinta anos).
Se uma marinha é a expressão de um país em regiões distantes do seu território (lembremo-nos dos nossos emigrantes em África e na América do Sul e da eventualidade de termos de os resgatar em situações de crises internas nos países onde trabalham), há que a dotar com os meios para que nada falhe na hora da verdade pois num conflito armado quando se tenta improvisar, essa solução pode revelar-se insuficiente e infrutífera, com o desprestígio daí resultante para o Estado português e, por arrastamento, para as próprias forças armadas.

Exército

O ramo terrestre das nossas forças armadas, e não obstante ter sido chamado a desempenhar, desde o início da década de noventa do século passado, inúmeras missões em diferentes teatros de operações (Bósnia, Kosovo, Líbano e Afeganistão) padece, também ele, de sérios problemas, reflexo de políticas pouco acertadas no que concerne às opções por novos equipamentos e tendo em consideração os diferentes tipos de conflitos e meios que foram surgindo com a crescente utilização de meios artesanais por parte de forças insurgentes e que são uma ameaça constante para as tropas em operações.

Exército Português no Afeganistão

As actuais guerras assimétricas são conflitos em que se exige um cuidado redobrado na protecção dos combatentes dos exércitos regulares obrigando a que os meios que estes operam reúnam características muito especiais que passam, nomeadamente, pelo emprego de veículos blindados de reduzidas dimensões, desenho adequado, grande mobilidade e poder de fogo de controlo remoto.
Não me parece que, de momento, quer o "*M-113*" quer o "*Pandur II*" sejam os veículos apropriados para as missões presentes e futuras do nosso Exército. O primeiro, chegado a Portugal em meados dos anos setenta, serviu para a constituição da Brigada Mecanizada que, nessa época, estava vocacionada, pela sua natureza, para actuar num teatro de operações localizado no espaço europeu e isto em caso de conflito com os Exércitos do Pacto de Varsóvia. Com o fim decretado da Guerra Fria (?) todo esse equipamento se tornou obsoleto e os VBTP da família "*M-113*" não funcionaram no conflito da Bósnia e muito menos no Iraque e no Afeganistão. Nada se sabe, de momento, se a BrigMec é para continuar, que tipo de unidade a substituirá, e que meios, em caso da sua manutenção, a dotarão ou mesmo, se pelo andar da carruagem financeira, essa grande unidade não acabará por morrer na praia. Ter a BrigMec, com os meios obsoletos de que dispõe, interessa efectivamente ao Exército?
O "*Pandur II*", que tem sido um insucesso em termos de vendas, não se afigura como o veículo de que o nosso Exército necessitasse e isto por várias razões, nomeadamente as suas dimensões e o seu elevado custo.

Pandur II

Os nossos aliados, nomeadamente, os EUA, o Reino Unido, a Espanha, a Holanda e a Alemanha, que operam no Afeganistão, optaram por veículos blindados, nas versões de combate, de transporte de tropas e de reconhecimento, mais pequenos, com menos capacidade para o pessoal, melhor protegidos e armados e muito mais económicos. Colocam-se sérias dúvidas sobre a real utilidade dos "*Pandur II*". Nem mesmo como eventual substituto do "*M-113*" essa solução se mostrará razoável. Aliás, aqui coloca-se outro candente problema, que fazer aos diferentes veículos da família "*M-113*"?
Quanto aos outros equipamentos do Exército, realça-se a aquisição à Holanda, ainda que em segunda mão, do

carro de combate "*Leopard 2A4*", eventualmente um dos melhores que existem. Coloca-se, porém, a questão de saber se a quantidade recebida é a que melhor satisfaz uma brigada mecanizada com as características da nossa grande unidade. E qual o destino da centena de "*M-60´s*", que nada tem a ver com o carro alemão. E como vai ser com a logística dos dois carros?

O Exército, ao ficar sem helicópteros (é extinta a UALE?) e não tendo a Força Aérea meios aéreos suficientes para transportar a Brigada de Reacção Rápida, poderá ter de recorrer a aparelhos de exércitos aliados com as desvantagens daí provenientes

Finalmente, sem querer ser derrotista, corre-se o risco de, tendo três brigadas, não as dotar, por carência de meios financeiros, dos meios de transporte e de combate o que não deixa de ser muito desmotivador para os profissionais (homens e mulheres) que constituem essas três unidades e que, naturalmente, aspiram a servir o país com as ferramentas adequadas à nobre tarefa que desenvolvem.

Sendo verdade que para a Saúde se exigem bons hospitais e equipamento de ponta, que para a Educação se constroem edifícios funcionais e se editam manuais actualizados, e que para os Tribunais se preparam códigos eficientes com respostas rápidas que respondam às necessidades de quem a eles recorre, porque não dar à Defesa e Segurança do Estado os meios que lhe são devidos?

Força Aérea

A FAP, sendo o ramo mais novo das forças armadas portuguesas, tem cumprido com bastante eficiência e profissionalismo, as tarefas que lhe cabem e que abrangem o controlo e defesa do espaço aéreo nacional, o transporte de pessoal e meios ligeiros do Exército para teatros de operações diversos (Bósnia, Afeganistão e Líbano), a fiscalização, em colaboração com a Armada, da nossa imensa Zona Económica Exclusiva, e, finalmente, o salvamento de inúmeras vidas, sendo também, os homens e mulheres da Cruz de Cristo que transportam, entre as ilhas das nossas duas regiões autónomas cidadãos nacionais que necessitam de cuidados médicos de vária ordem.

Alguns dos meios da FAP padecem de uma substituição a curto e/ou médio prazo, como são os casos dos aviões "*Alpha Jet*" e "C-130" e dos helicópteros "*Alouette III*", e isto tendo como ponto assente que as três esquadras que operam esses tipos de aparelhos são para continuar.

Por outro lado, a natureza técnica e a perigosidade das missões que se exigem aos pilotos da Força Aérea não se compadecem com a redução de horas de voo, e isto é muito importante nos aviões de combate, pois se não houver treino e formação contínua, esses profissionais poderão, em momentos críticos e de alto stress, não dar o melhor do seu rendimento. Voar numa máquina que alcança mais de dois mil quilómetros por hora e que está dotada de equipamento de ponta é bem mais complexo do que, por exemplo, conduzir um veículo de transporte terrestre em meio seguro.

Assim, pergunta-se, na presente conjuntura económica há meios financeiros para modernizar as forças armadas e oferecer aos militares que nelas servem as condições remuneratórias compatíveis com o exigente estatuto da condição militar?

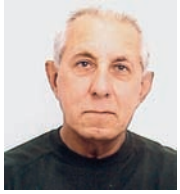
Um pouco por toda a Europa, e invocando-se uma crise que teve origens na incompetência de alguns políticos e na avidez de lucros dos impérios financeiros, é notório um desarmamento pois, dizem os políticos, as armas podem esperar por melhores dias quando existem milhões de desempregados e milhares de empresas a encerrarem as suas portas. A Holanda, a Bélgica, a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália e a Espanha reduziram os orçamentos militares e alguns desses países venderam parte dos seus arsenais a países fora da área geográfica da Europa. O Reino Unido, tendo encomendado dois porta-aviões da classe "*Queen Elizabeth*", decidiu que um deles, se chegar a ser completado, fique na Reserva e, quando ao segundo, não tem dinheiro para os aviões que o deviam equipar. Panorama estranho, ou nem tanto, numa Europa que, durante meio século, se habituou a viver debaixo da protecção militar de Washington.

Em Portugal, o quadro é também muito preocupante com a agravante de o país não possuir uma Indústria de Defesa mínima que lhe dê margem de manobra em caso de uma crise mundial em que as forças armadas acabarão por ser chamadas, como ensina a História, a terem um papel decisivo no controlo e resolução das crises.

Vivemos num mundo confuso, sem leaders com carisma e, mais grave ainda, falhos de ideias e desconhecedores da História.

Como dissemos atrás, o Estado quer (e deve) manter os níveis de qualidade dos seus cidadãos em várias áreas do bem-estar. Ora, sem uma segurança e defesa eficazes, dificilmente qualquer Estado poderá garantir que esses anseios legítimos das populações se cumpram pois a História tem demonstrado, sempre de forma trágica, que quando se esquece o vector militar de um país os outros vectores se afundam inapelavelmente com o ruir do próprio Estado. Só depois, quase sempre tardiamente e já com grande perda de vidas e de bens e com o recurso a todo um conjunto de sacrifícios, o Poder Político se lembra da omissão feita e volta a socorrer-se dos cidadãos soldados para com eles, mais uma vez, dar início à recuperação do país e da sua dignidade ferida.

Autor



Manuel Alves
Magistrado do Ministério Público
Sócio n.º 986/95 da AACDN

Tomada de Corpos Socia

29 de junh

No Instituto da Defesa Nacional, e numa cerimónia muito simples mas marcante, tomaram posse, no passado dia 29 de Junho, os novos órgãos sociais da AACDN para o biénio 2012-2013, eleitos na Assembleia Geral Eleitoral de 18 de Maio do corrente ano.

Dignaram-se dar brilho ao evento o senhor Director do IDN, o senhor Tenente-General Carvalho dos Reis, chefe da Casa Militar da Presidência da República e o senhor Major-General Arnaut Moreira, chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional.

Perante a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, Dr.ª Anabela Pouseiro das Neves, tomou posse, em primeiro lugar, o novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o senhor General Amadeu Garcia dos Santos que, seguidamente, deu posse aos restantes membros da Assembleia Geral (dois vice-presidentes, dois secretários e dois suplentes), ao Presidente da Direcção, senhor Tenente-General Frutuoso Pires Mateus e restantes membros da Direcção (dois vice-presidentes, um secretário, um tesoureiro e seis vogais), e ao Presidente do Conselho Fiscal, Dr. José da Silva Monteiro e aos dois respectivos vogais deste órgão de fiscalização.

No seu discurso de posse, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral congratulou-se com o evento e não quis deixar de propor um voto de louvor aos membros da Assembleia-Geral cessante pelo excelente trabalho realizado, num período difícil na vida da Associação, e que culminou com a tranquilidade do acto eleitoral de

Posse dos
is da AACDN
o de 2012

18 de Maio. Os sócios presentes na sala acolheram esta proposta com um calorosa salva de palmas.

De seguida, o novo presidente da Direcção, de forma clara e sintética, apresentou o plano de actividades que a Direcção eleita se propõe levar a efeito no corrente ano, num período de crise financeira para o País e, necessariamente, para todos os sócios da Associação.

O novo tesoureiro, também de forma clara e sintética, apresentou os números que permitirão levar a cabo a continuidade da Associação que, salientou, se encontra de boa saúde financeira. Referiu, também, a expectativa de se continuar a poder contar com o subsídio anual do MDN.

Finalmente, e para encerrar o protocolo, o senhor Major-General, Director do Instituto da Defesa Nacional, num curto discurso, salientou o prazer que o IDN tinha de receber os novos órgãos sociais da Associação que, sendo uma continuação normal do IDN, terá todo o apoio institucional que necessitar ao longo do próximo biénio, assim mantendo o seu lema "Nos Caminhos da Nação".

Foi dada por finda a cerimónia com a fotografia oficial dos associados que agora iniciam funções, após o que os novos membros dos três órgãos eleitos, outros sócios e familiares se juntaram para um simpático jantar convívio no "Pátio Alfacinha".

Manuel Alves
Vice-presidente da Direcção
Sócio n.º 986/95 da AACDN

Academia Militar

Os Combates por Portugal

Passado Recente e Futuro

Introdução

Assiste-nos o direito de falar sobre os factos que vivemos. E, por isso, neste acto, relativo ao Encontro dos Combatentes, alusivo ao tema "OS COMBATES POR PORTUGAL – passado recente e futuro" vou começar... relatando um "combate" recente travado pela Academia Militar durante os anos 1995-1998.

O "combate" foi "a formação dos Oficiais do Serviço de Saúde"... desde o seu 1.º Ano, nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar.

A Escola Naval e Academia da Força Aérea "não gostavam da ideia"... dizendo que como estava, estava bem.

O Comando da Academia Militar entendeu "ir à luta"... e foi. Sempre com o apoio de Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Promoveu reuniões de trabalho na Faculdade de Medicina, na Faculdade de Medicina Dentária, na Faculdade de Medicina Veterinária, na Faculdade de Farmácia e na Faculdade de Ciências Médicas.

Só na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa foram sentidas algumas reticências.

Em todas as outras houve uma abertura total "às ideias e aos projectos" da Academia Militar cujo Comando se sentiu encorajado e, por isso, avançou.
Refere-se que na Faculdade de Ciências Médicas, ao Campo dos Mártires da Pátria, houve apoio e abertura totais. Nesta Escola Superior, os conselhos inteligentes e fundamentados por parte dos Senhores Professores António Rendas e Esperança Pina foram decisivos para que o Comando da Academia Militar continuasse e completasse "as ideias e os projectos" que iniciara.
Mas... tudo isto só foi possível com o apoio e forte esteio proporcionados, naquele tempo, por Sua Excelência o Ministro da Educação, Professor Eduardo Marçal Grilo e Magnífico reitor da Universidade Nova de Lisboa, Professor Sousa Lobo.
E foi assim, que no ano lectivo de 1998-1999 teve início, na Academia Militar, o 1.º Ano do Serviço de Saúde Militar com Cadetes de Medicina, Medicina Veterinária, Medicina Dentária e Farmácia.
No ano seguinte, 1999-2000, a Escola Naval e a Academia da Força Aérea tiveram (apanhando o comboio) o seu 1.º Ano de Saúde Militar.
Foi um combate recente que se projectou e projecta no futuro.
Hoje, as Forças Armadas têm, no seu efectivo, dezenas de jovens Oficiais Médicos, Médicos Dentistas, Médicos Veterinários e Farmacêuticos.
Poderemos dizer que as Forças Armadas têm os meios humanos... a parte mais importante e difícil de obter de um "todo" que é o Serviço de Saúde Militar.
E o lugar onde combater... o Hospital das Forças Armadas?
Dizem que já existe uma Comissão Instaladora... mas, como é que tal se pode dizer se não existem as Instalações?
Os Combatentes, aqueles que deram e aqueles que dão o melhor de si por Portugal, interrogam-se... pois têm assistido ao desmoronar daquilo que existia e não vêem nada em construção. Mais... ao lerem a constituição de grupos de trabalho e de comissões, os nomes das individualidades que as enformam são desconhecidos e/ou sendo conhecidos não reúnem valor para neles e nelas confiarem. Porquê? Porque não sabem, não viveram ou não sentiram o que é SER MILITAR, o que é SERVIR PORTUGAL incondicionalmente.
Hospital das Forças Armadas? Sim. Mas estudado por quem sabe e sente, realmente, o que é SERVIR A PÁTRIA... defendendo PORTUGAL.
Hospital das Forças Armadas? Sim. Mas a certeza de um sucesso depende da coragem com que os responsáveis enfrentarem o desafio, da inteligência na elaboração de soluções e da determinação na sua execução.
Este, pode ser um "Combate por Portugal" passado recente e futuro"!

Os combates por Portugal – passado recente e futuro

O Instituto da Defesa Nacional (IDN), no âmbito da sua Missão ministra vários cursos considerados de Formação e, de entre eles, sobressai o Curso de Defesa Nacional (CDN).
Com este curso, o IDN proporciona aos Cidadãos que o frequentam:

- Um conhecimento aprofundado dos problemas de segurança e de defesa nacionais e internacionais;
- Uma formação e uma cultura estratégica de segurança e de defesa que os habilitará com uma consciência cívica mais plena e real;

Curso de Actualização de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

- Uma consciencialização da sociedade civil para as questões da segurança e de defesa;
- Um desenvolvimento das capacidades analíticas e críticas; e,
- Apetência para o estudo e a investigação nos domínios da segurança e da defesa, bem como em domínios conexos.

Os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, terminado o Curso, podem incorporar-se, livremente, na Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN).

Os Auditores, conscientes da sua responsabilidade, são Cidadãos, que tendo frequentado o Curso de Defesa Nacional, aprenderam, sentindo, que sem segurança o bem-estar e a liberdade não existirão. E, também, que em última instância, caberá aos SOLDADOS, aos MILITARES, cuidarem dessa segurança.

Nós, Auditores, reconhecemos que a temática da Segurança e Defesa, pelo seu carácter transversal na vida das sociedades do nosso tempo, tem cada vez mais de estar presente no quadro das preocupações de todos os Cidadãos. Por isso, nós entendemos que a nossa Associação, com as valências de que dispõe, concretizadas pelo conjunto de especialistas que foi incorporando, tem de sentir especiais responsabilidades na divulgação pública daquilo que é, realmente, a Defesa Nacional... colocando, para isso, todo o seu saber ao serviço de Portugal.

Os Auditores, visando o prestígio da Associação, têm sempre presente que é preciso manter o rumo que a criou...

- Preservando e projectando os valores culturais que contribuam para o reforço da identidade nacional;
- Participando, activamente, no estudo e na difusão de todas as acções que visem a Segurança e a Defesa de Portugal;
- Cooperando, objectiva e eficazmente, com o Instituto da Defesa Nacional.

Ao abordar o tema...

Os Combates por Portugal – passado recente e futuro poderemos perguntar... Portugal terá futuro?

Por mais desanimados que muitos de nós nos encontremos, com a situação de austeridade em que o País vive, a verdade é que a vida continua.

Porque somos Portugueses e amamos a Terra onde nascemos, desejamos honrar o legado dos nossos Pais.

Nós, na AACDN, desejamos, entendo-o, que os combates pelo futuro não poderão, não podem, esquecer uma aposta concreta no ensino e na educação real da população; incluindo na educação para a cidadania temas de segurança e de defesa, porquanto, nesta vertente é fundamental existir uma integração de valores nacionais e de desenvolvimento de uma consciência comunitária.

Para nós, na AACDN, a crise deverá ser enfrentada numa perspectiva de quem não está em declínio acentuado e à beira do abismo, mas que na verdade, tal como

O combate para a afirmação e defesa dos interesses nacionais, na área internacional, obriga a marcar presença activa nas Organizações Internacionais das quais fazemos parte

no passado, encontraremos uma trajectória ascendente. Intervenções imaginativas de construção de um novo futuro para o desenvolvimento, são necessárias, mantendo-nos ligados à Europa mas dando forte atenção à diáspora luso-afro-brasileira.

O combate, para a criação de áreas e lugares de trabalho, passa pela génese de oportunidades em todo o território nacional e não só no litoral, procurando actividades produtivas sérias e duradouras no tempo, que permitam a fixação das populações.

O combate para a afirmação e defesa dos interesses nacionais, na área internacional, obriga a marcar presença activa nas Organizações Internacionais das quais fazemos parte; aqui, é preciso centrar as nossas acções na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; pois, é cada vez mais importante (e fundamental) a defesa da cultura e da língua portuguesas, definidoras da identidade nacional e do modo de Nós, os Portugueses, estarmos no Mundo.

Portugal, um País que, exceptuando os sessenta anos do domínio filipino, conseguiu manter-se independente ao longo dos seus mais de oito séculos de História e que dispõe de um património humano e edificado espalhado por todo o Mundo, não merece que se coloque em dúvida o seu futuro.

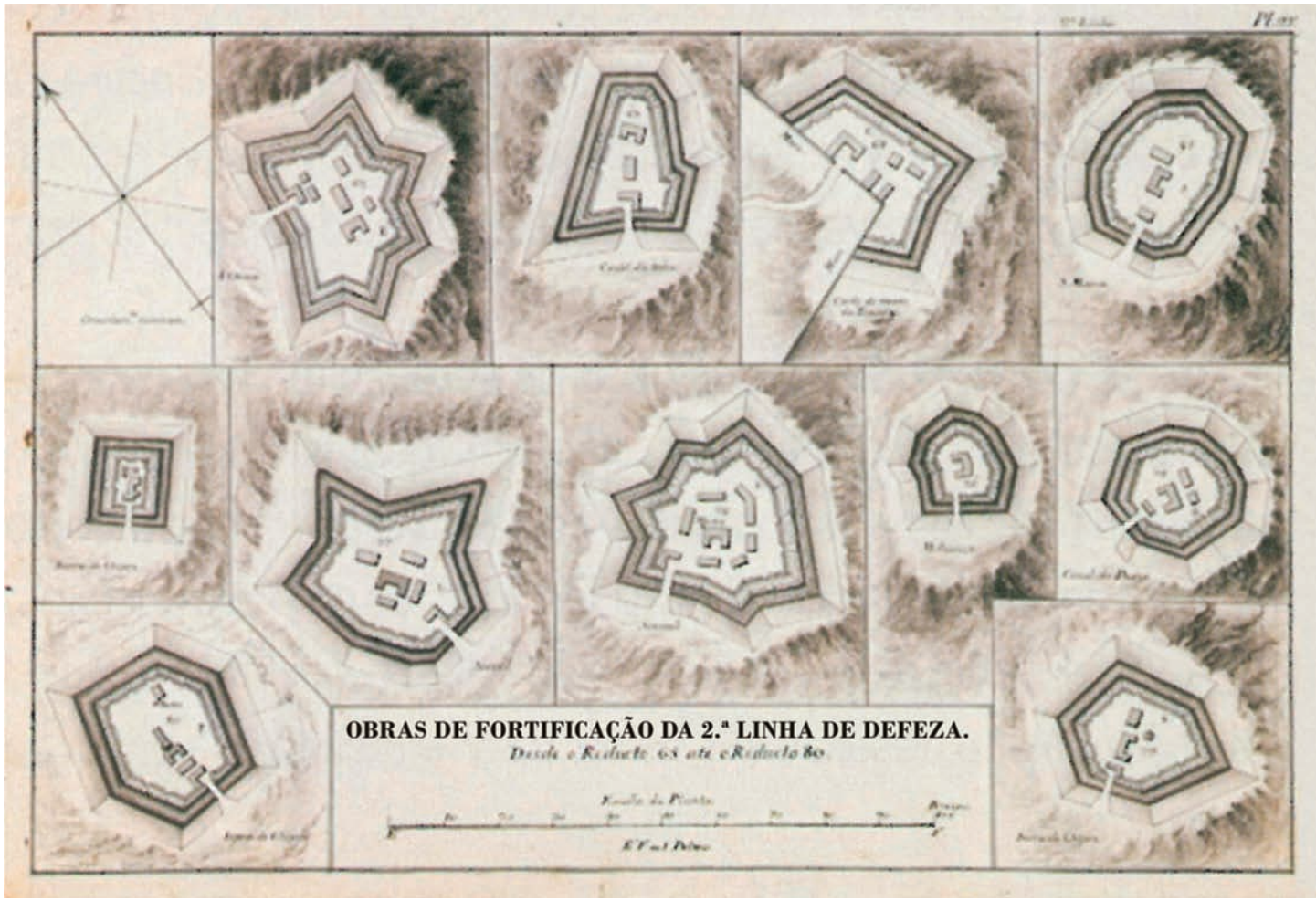
PORTUGAL... SIM... TEM FUTURO!

Está na hora, este parece ser o tempo, de se voltarem a fazer ouvir o QUERER e a VONTADE NACIONAIS.

Nós, porque temos Fé cultivamos a Esperança e acreditamos no Futuro de Portugal.

Autor

Frutuoso Pires Mateus
Tenente-General
Sócio n.º 186



Obras de fortificação da 2.ª linha de defesa, desde o reducto até o reducto 80 desenhadas pelo Major do R.C. Engr.os Manoel Joaquim Brandão de Sousa; 2.ª linha, pl. 22.º, 1811 (4728-3-34-47/GEAEM)

Linhas de Defesa de Lisboa ou Linhas de Torres

O contexto histórico

Após a Revolução Francesa a Europa por uma transformação social e política, influenciada pela França que entrou em guerra com quase todos os Estados europeus.

Tradicional aliado da Inglaterra, a quem se achava ligado por interesses múltiplos, Portugal via-se condicionado para poder sobreviver. Na viragem do século a Inglaterra era-lhe indispensável, pela complementaridade das economias, com vantagens recíprocas para os interesses de ambas as nações. A Inglaterra fornecia o

apoio militar contra ameaças externas e, em contrapartida, o território português constituía uma porta de entrada para o continente europeu. O triângulo geoestratégico com vértice em Lisboa e abrangendo os arquipélagos dos Açores e da Madeira era vital, por um lado para as operações comerciais britânicas que visassem a Europa, a África ou as Américas, e por outro para as operações militares de apoio aos seus comboios mercantes.

Portugal não tinha condições para abandonar a Inglaterra, cuja ligação era multisecular. A aliança inglesa era o seu garante de continuidade, a segurança e o seu lucro comercial. Portugal vivia do mar e a Inglaterra dominava o mar. Opondo-se-lhe cortar-se-iam as rotas oceânicas e eram estas que oxigenavam os pulmões da metrópole. O bloqueio dos seus portos devastaria o país. Paradoxalmente, a força de Portugal vinha da sua fraqueza, que abrandou a voracidade da França à custa de concessões várias e profundos sacrifícios, iludindo-se na compra de fictícia neutralidade.

Foi então Portugal invadido por diversas vezes, mas foi a invasão de Massena que exigiu mais sacrifícios dos portugueses. Foi durante as campanhas de 1810 e 1811, no contexto da aplicação do conceito estratégico defensivo de Portugal, que foram erigidas as linhas de fortificações destinadas à protecção e defesa da capital, que se designaram por Linhas de Defesa de Lisboa, hoje vulgarmente conhecidas por Linhas de Torres.

Desta maneira o sistema defensivo implicou, além de outros trabalhos complementares, a construção de 152 redutos, para guarnições variáveis entre 50 e 2 000 homens, num terreno fortificado que se estende por cerca de 200 km e de uma rede de estradas militares que ascendeu a mais de 100 km

A importância das Linhas de Defesa de Lisboa

Foram as Linhas de Defesa de Lisboa que permitiram que Portugal continuasse independente. A sua construção veio proporcionar aos aliados, na Península Ibérica, o ensejo para a libertação de toda a Europa, pelo que adquiriram desde logo renome mundial. As circunstâncias verdadeiramente providenciais e extraordinárias que rodearam a sua conceição genial e ainda a sua construção, deram lugar, a par de um interesse histórico, a todo um enorme interesse cultural e turístico. Estas obras de fortificação de campanha utilizaram principalmente os meios e as soluções construtivas locais e ainda hoje se conservam, revelando o trabalho, o engenho e a arte da fortificação que concorreram de uma forma judiciosa para aperfeiçoar as vantagens materiais do terreno, fortificar e cobrir as posições fracas, diminuir o comprimento da frente acessível, defendê-la dos eixos de aproximação, facilitar no interior os movimentos das tropas e impedir ou restringir ao inimigo os seus movimentos fora da posição. Em resumo: foi possível manter uma frente respeitável com os flancos seguros e os movimentos facilitados por comunicações interiores e com a retaguarda, mas inatacáveis do exterior.

O sistema é constituído por um conjunto de obras defensivas – fortes, redutos e baterias – tacticamente bem posicionadas, protegidas por escarpamentos e ligadas por estradas militares que ainda hoje se dispõem na Península de Lisboa em linhas sucessivas de defesa. O seu conceito de conjunto fortificado e de notável campo entrincheirado apoiava o princípio fulcral defensivo que se baseava na mobilidade do exército aliado, pronto a acorrer a qualquer posição atacada pelo inimigo. O seu sucesso dependia da segurança mútua proporcionada por cada uma das suas obras e esta dependia da rapidez, eficácia e também segurança do movimento das tropas através das estradas, e da rápida transmissão de informações e ordens conseguida pelo uso de postos telegráficos.

Desta maneira o sistema defensivo implicou, além de outros trabalhos complementares, a construção de 152 redutos, para guarnições variáveis entre 50 e 2 000 homens, num terreno fortificado que se estende por cerca de 200 km e de uma rede de estradas militares que ascendeu a mais de 100 km. Estes números, pela sua expressão e também pela rapidez da sua execução, proporcionam uma ideia clara da sua grandiosidade e importância. A construção pela nação portuguesa desta quantidade de obras defensivas foi concretizada dos finais de 1809 até 1812, com enorme prontidão, zelo e entusiasmo notáveis. Em Novembro de 1809 iniciaram-se as obras avançadas que bloqueavam os principais nós

Engenharia Militar na recuperação do Reduto de Olheiros (obra n.º 23), 2008

Mais do que simples linhas de posições defensivas fortificadas, as Linhas de Defesa de Lisboa constituem uma obra-prima de aproveitamento do terreno, ... permitindo a necessária mobilidade do exército defensor

de comunicações no Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Alhandra. Em Fevereiro de 1810 iniciaram-se as obras da linha principal de defesa nos desfiladeiros de Bucelas, Via longa, Carvoeira, Arruda, Montachique, Malveira e Ponte de Rol. Em Julho de 1810 reforçaram-se estas duas linhas com mais redutos, construíram-se os escarpamentos, instalaram-se as barragens de engenharia, fizeram-se os espaldões das baterias de flanqueamento, procedeu-se ao desembaçamento dos campos de tiro, à construção de pontes, de caminhos, de estradas militares e instalaram-se os sistemas de transmissões ópticos.

A demora do ataque de Massena veio conceder muito mais tempo para a sua concretização. Quando, em Outubro de 1810, foram ocupadas as linhas de defesa, já existiam 126 obras concluídas, preparadas para 427 peças de artilharia, tendo os trabalhos continuado até 1812, data em que se totalizavam 152 obras, com 534 peças e 34 125 homens de guarnição.

Quando os invasores franceses tomaram contacto com as Linhas de Defesa de Lisboa a sua surpresa foi completa. Diante deles erguia-se um gigantesco sistema defensivo que aproveitava judiciosamente as potencialidades do terreno. Ninguém previra a existência de tal obstáculo cuja construção havia decorrido em pleno sigilo. Foram obrigados a parar a ofensiva, estudar as posições, rever todos os planos e, perante a impotência, esperar por reforços.

Face à intransponibilidade das Linhas de Defesa o exército francês penou em cinco destruidores meses de inércia. Incapaz para lhes fazer frente permaneceu imóvel iniciando a retirada em Março de 1811. Esta seria o sinal para a inversão do curso do conflito global que, desde os tempos do Directório, opunha a França a todas as nações que recusavam a sua hegemonia. O exército napoleónico fora vencido por dois factores que surpreenderam toda a Europa: um dos mais extraordi-

Forte de S. Vicente

Forte de S. Vicente, Torres Vedras

nários conjuntos defensivos jamais realizados e uma guerra defensiva de desgaste realizada por uma nação inteira em armas. A população agarrava-se ao seu território e tradições, sujeitando-se, de certa forma, a um risco imenso que deixava o defensor à mercê da iniciativa do atacante, princípio inconcebível e perigosíssimo visto pela perspectiva da táctica militar da época.

Mais do que simples linhas de posições defensivas fortificadas, as Linhas de Defesa de Lisboa constituem uma obra-prima de aproveitamento do terreno, conseguido com o conhecimento cartográfico do território em que se implantam e potenciado pela rapidez e rigor da sua construção, pela facilidade das comunicações e ainda pelo apoio que prestaram ao sistema táctico de combate dos exércitos aliados permitindo a necessária mobilidade do exército defensor. A invasão francesa estacou frente a elas. Esta vitória, mesmo sem batalhas sonantes, representou o ponto de viragem na História das campanhas napoleónicas e o início da derrota de Napoleão.

A construção deste sistema defensivo complexo, mas dinâmico, deveu-se grandemente à preparação pluridisciplinar dos engenheiros militares portugueses, tendo trabalhado nas linhas 47 dos 90 que estavam agregados ao Real Corpo de Engenheiros e sujeitos ao seu comandante-geral. Estes estavam preparados para actuar, não só em campanha como na fortificação permanente, e detinham conhecimentos profundos de hidráulica (pontes, portos e canais), cartografia (aplicada às estradas e aos telégrafos), de planeamento territorial/arquitectura (quartéis, hospitais, depósitos, senso populacional e estatística, etc.) e de aplicações industriais (fundições, arsenais, fábricas de pólvora e extracção e obtenção dos seus componentes). Esta preparação permitiu concretizar um campo fortificado que dava resposta ao conceito defensivo, determinado pelo comandante-em-chefe do exército Aliado e para o qual este conseguira o necessário financiamento, mas que se baseava no seu já anterior conhecimento do terreno e apoiado também no conhecimento dos planos propostos por Vincent Neves Costa e nos relatórios das anteriores forças expedicionárias britânicas.

Nela também estiveram envolvidos engenheiros militares ingleses e alemães, mas estes não detinham a mesma pluridisciplinaridade da arte da engenharia portuguesa, estando uns agregados ao Royal Staff Corps, tendo apenas à sua responsabilidade o que dizia respeito a itinerários e pontes (pontes expeditas para transposições rápidas de cursos de água associadas ao apoio imediato da manobra operacional e também as posteriores pontes permanentes para o apoio logístico), e os outros ao Corps of Royal Engineers que cuidavam simplesmente da fortificação de campanha e dos trabalhos de apoio às operações de ataque e defesa de praças-fortes.

As Linhas de Defesa de Lisboa, cuja verdadeira dimensão se materializou num dos melhores sistemas defensivos até então construídos e cujos ensinamentos ainda hoje prevalecem como elemento de estudo nas escolas militares nacionais e estrangeiras, têm actualmente um renovado interesse histórico, cultural e turístico que urge apoiar e desenvolver, de forma a reforçar a sua projecção internacional.

Desde Março de 2006 que as Unidades da Engenharia Militar ... têm trabalhado no Plano de Reabilitação e Conservação dos Fortes, Redutos e Baterias das Linhas de Defesa de Lisboa em vários locais dos Municípios que constituem a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres

Estas construções defensivas, hoje perfeitamente integradas na paisagem, estão reagrupadas em circuitos próprios dedicados à fruição turística e cultural, constituindo evidentes marcos da memória viva. Memória que evoca os valores e virtudes de antanho e do sofrimento sobre-humano do povo anónimo que nelas trabalhou em prol de um objectivo solidário e mais elevado de defesa nacional que, ontem como hoje, compete a todos os portugueses. Valores que enaltecem o nosso passado, reforçam a memória do esforço patriótico dos nossos antepassados e nos ajudam a transmitir às novas gerações os valores nacionais que são fundamentos da nossa identidade como Povo e Nação, que na Europa é quase milenar.

A engenharia militar na salvaguarda do património nacional

Desde Março de 2006 que as Unidades da Engenharia Militar, no âmbito do Plano de Actividade Operacional Militar, com a coordenação da Repartição de Planeamento e Gestão de Património da Direcção de Infraestruturas do Exército e o apoio do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar têm trabalhado no Plano de Reabilitação e Conservação dos Fortes, Redutos e Baterias das Linhas de Defesa de Lisboa em vários locais dos Municípios que constituem a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres.

Neste âmbito já se concluíram intervenções em 17 obras: no Forte da Carvalha (obra 10), Forte do Cego (obra 9), Reduto Norte da Enxara (obra 28), Forte 1º. do Calhandriz (obra 121), Reduto grande da Ajuda (obra 18), Reduto de Olheiros (obra 23), Forte 3º. do Calhandriz (obra 123), Forte de S. Vicente/Torres Vedras (obras 20, 21 e 22) Forte 1º. da Subserra (obra 114), Reduto do Furadouro (obra 128), Forte do Juncal (obra 77), Bateria do Vale do Grou (obra 4), Forte do Arpim (obra 125), Forte do Mosqueiro (obra 57), Forte da Malveira (obra 66).

Além destas, foram acompanhadas 8 intervenções: no Forte do Zambujal (obra 95), Reduto Sul da Enxara (obra 29), Forte da Casa (obra 38) Forte da Quintela Grande (obra 36), Forte Grande da Serra do Alqueidão (obra 14), Forte do Machado (obra 15), Forte do Simplício (obra 17) e Forte Novo (obra 152). Actualmente prepara-se uma nova campanha de intervenção.

As intervenções, que foram comuns a todas as obras, seguiram uma metodologia de actuação da qual constaram os trabalhos de:

- Delimitação do prédio militar e implantação de marcos limitadores;
- Identificação e registo de flora e fauna existentes antes da intervenção;
- Desmatação, limpeza e tratamento do coberto vegetal; levantamentos topográficos;
- Campanhas arqueológicas (sempre que necessário);
- Conservação, reabilitação, ou reparação e reconstrução limitadas;
- Vedação, marcação de circuito de visita e sinalização informativa;
- Regularização e apropriação de acessos e zonas de parqueamento (quando possível).

Este é mais um dos esforços que a Engenharia Militar tem vindo a realizar no âmbito das missões de utilidade pública que lhe estão incumbidas e das obrigações institucionais em defesa do património histórico nacional, muito dele já desaparecido, mas que atesta a vontade férrea do engenheiro militar em trabalhar *ubique* e organizar o terreno contribuindo para a preservação da independência e da identidade nacionais.

[1] Estas actividades são hoje as especialidades de engenharia mecânica, metalomecânica, metalúrgica, química e geológica.

Autor

Ribeiro Berger
Tenente-Coronel de Engenharia

Actualidades & Acontecimentos

Visita de Cumprimentos

No dia 19 de Julho de 2012, pelas 17 horas, a AACDN apresentou cumprimentos institucionais a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, Doutor José Pedro Aguiar-Branco.
A AACDN foi representada pelos Senhores Presidente da Mesa da Assembleia Geral, General Amadeu Garcia dos Santos, Presidente do Conselho Fiscal, Dr. José da Silva Monteiro, Presidente e Vice-Presidente da Direcção, Tenente-General Frutuoso Pires Mateus e Dr. Manuel de Jesus Rafael Alves.
Sua Excelência o Ministro, durante o tempo que esteve connosco manteve uma conversa/diálogo, na área da Defesa Nacional, muito interessante e notoriamente frutuosa.
Realçamos a pontualidade, a forma cortês e a lhaneza no trato com que fomos recebidos.
Bem-Haja, Senhor Ministro pela atenção que dispensou à AACDN.

Mostra de Vinhos Verdes na Assembleia da República

A convite dos deputados pelo círculo de Viana do Castelo, Rosa Arezes, Abel Baptista, Carlos Abreu Amorim, Eduardo Teixeira, Fernando Medina e Jorge Fão, a AACDN participou na mostra de vinhos verdes da Adega Cooperativa de Ponte de Lima no dia 4 de Julho de 2012, a partir das 18 horas, no restaurante do Edifício Novo da Assembleia da República.
Foi também anfitriã deste evento, auditora Dr.ª Maria Celeste do Patrocínio, Presidente da Direcção da Adega Cooperativa de Ponte de Lima.
Este acontecimento insere-se em iniciativas da Assembleia da República, através dos deputados dos diferentes círculos com vista à difusão e valorização de segmentos económicos e outros das respectivas regiões.
A AACDN fez-se representar pelo seu Vice-presidente da Direcção, Superintendente-chefe António Herlânder Pereira Chumbinho.
O evento reuniu grande número de convidados, nomeadamente deputados da AR, tendo-se iniciado com um breve intróito musical interpretado pelo Quarteto de Madeiras dirigido pela Prof.ª Sílvia Cancela da Escola Profissional de Música de Viana do Castelo, após o qual, a escanção da adega fez a devida e esclarecida apresentação dos diferentes rótulos de vinhos verdes, brancos e tintos, espumantes e aguardentes vínicas, produtos cujas qualidades foram seguidamente degustadas e comprovadas em agradável espaço de convívio que se seguiu.

In Memoriam

Joaquim Évonio Rodrigues de Vasconcelos

1938-2012

Militar e Poeta

Foi militar profissional, poeta, escritor e grande atleta. Era filho do jornalista e escritor madeirense Joaquim Mota de Vasconcelos. Como combatente no ex-Ultramar Português, cumpriu três comissões por escala (imposição): uma em Angola, como subalterno (1961-1962) e duas na Guiné, em comando de companhias (1964-1966, e 1968); nesta última foi ferido gravemente em combate, sendo depois reformado como DFA.

Foi fundador do Serviço Nacional de Protecção Civil (Janeiro de 1976) onde foi Director de Serviço e Assessor Principal, tendo igualmente desempenhado as funções de Porta-Voz para a Comunicação Social (seis anos) e co-responsável da Revista de Protecção Civil (dez anos). Seria condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma (em combate); era comendador da Ordem Heráldica da Paz Universal (Brasil) e tinha a Medalha de Ouro Grau "Pacificador da ONU Sérgio Vieira de Melo".

Pertencia, entre outras, à Associação Portuguesa de Escritores, Instituto Açoriano de Cultura, sócio honorário da Ordem Nacional dos Escritores do Brasil (ONE), Associação de Auditores dos Curso de Defesa Nacional, Associação dos Deficientes das Forças Armadas e Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica.

Colaborou com várias revistas de poesia portuguesas e brasileiras e antologias poéticas e não só.... Entre outros trabalhos publicou os contos "Sombra em Clave de Sol", e o ensaio "Esboços Pessoanos" em co-autoria com Jorge Soares, que chegou à 5ª edição (em cinco línguas). Fez vários prefácios, recordando um para o livro de minha autoria (Marcello e Spínola – a Ruptura...) e outro para uma obra de Carlos Gueifão (Mata Couros ...). Mas a sua *"jóia da coroa"* era o site literário *"Varanda das Estrelícias"*; Uma ponte sobre o Atlântico", que acolhia as obras de inúmeros poetas e ensaístas e que ia no oitavo ano da sua existência.

Por Manuel Bernardo
(Cor. ref)
Carnaxide 23-06-2012

Morreu a poesia ...

Copo numa mão, cigarro na outra, barba tipo "Pai Natal", sorriso nos lábios e na voz um Poema !!!

Henrique Tigo

Morte solitária

Tudo rejeito, nunca pedirei socorro!
Hei-de morrer só e de pé
e saberei sempre do que morro:
Do excesso e da falta de fé!

Joaquim Evónio

1 de cada vez

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

Carlos Dewet Mourisca Beaumont

nasceu a 23 de Fevereiro de 1931, no Porto. É casado com Aida Maria Correa Beaumont e têm uma filha e dois netos.

Formou-se em Engenharia Químico-Industrial, no IST, tendo iniciado a actividade profissional em 1956, com a direcção da primeira fábrica de resinas alquídicas em Portugal (Resintela, depois Resiquímica). Em 1958, deu entrada na Sociedade Portuguesa de Petroquímica, a primeira fábrica de amoníaco por via química em Portugal (Cabo Ruivo). Desempenhou sucessivamente várias tarefas, tendo colaborado na montagem e arranque das instalações iniciais e sido Chefe do Sector de Síntese do Amoníaco.

Em 1973, transitou para a Companhia Nacional de Petroquímica (Sines), a primeira fábrica de monómeros e polímeros destinados à indústria dos plásticos, onde foi Director de Estudos e, depois, Director Geral de Olefinas. Teve a seu cargo o desenvolvimento conjugado dos projectos da fábrica de etileno e das várias fábricas de polímeros a jusante daquela.

No período 1976-1978, por requisição do Ministério da Indústria, foi Adjunto do Secretário de Estado da Indústria Pesada e, depois, do Secretário de Estado da Coordenação Económica. Em 1979-1980, foi Presidente do Conselho de Gestão do Gabinete da Área de Sines. Entre 1981 e 1985, foi Vogal do Conselho de Gerência da QUIMIGAL, com responsabilidade pelos pelouros Química Orgânica, Química Inorgânica e Metais e Actividades no Estrangeiro. Em pequenos períodos intercalares, e, de 2000 até 2009, prestou colaboração técnica à Administração de empresas do grupo Atlântica.

Uma característica de Carlos Beaumont, herdada dos seus muitos anos na produção, é o respeito e a humildade perante o fenómeno. A instalação, a máquina ou o instrumento têm sempre razão. Este conceito de responsabilidade, justifica matérias a que se dedicou, tais como Resolução de problemas, Aplicações práticas da Teoria da Decisão, Probabilidades, Incerteza e Risco, Modelização de sistemas e Optimização de resultados. O livro "DECISÃO" – Ed. Ordem dos Engenheiros, 1997, reproduz conhecimentos que adquiriu na sua vida profissional.

Em acumulações temporárias foi Consultor da Administração Geral do Álcool (preparação de um plano director de reestruturação e racionalização da indústria do álcool etílico em Portugal (1969 –1970); Vogal do Grupo de Trabalho para a Indústria Petroquímica (1975); Vogal da Comissão de Reordenamento Industrial MIT-DGIM (1979) e Vice-presidente da Associação dos Auditores da Defesa Nacional (1986).

Entre as actividades e trabalhos desempenhados salienta-se a sua participação no estudo e conferência "Projecto DIANA – Desenvolvimento Induzido Acelerado no Ambriz", proferida em Luanda, em Fevereiro de 1986, que deu origem à criação do Gabinete de Desenvolvimento do Ambriz. Participou na avaliação e parecer que a PARTEX efectuou, a pedido do Governo da República Popular de Moçambique, em Maputo, em 1987, sobre o PSI – Programa Sectorial de Importações – no âmbito do 6.º FED (CEE/ACP). Foi Monitor do módulo "Introdução à resolução de problemas e à análise de decisão" na SONANGOL, Luanda, em 1989; em cursos de pós-graduação no IST; e, em cursos de pós-graduação de Marketing, na Universidade Católica de Viseu, em 1991, 92 e 93.

É membro da Ordem dos Engenheiros e da Associação dos Auditores da Defesa Nacional (CDN 85).

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Visite o nosso site em:
www.aacdn.pt

Consulte o nosso Blog através de:
http://aacdn-aacdn.blogspot.com

Visite-nos em:
Praça do Príncipe Real, 23 - r/c Dtº, 1250-184 Lisboa
Telefone: 00351 21 346 5888
aacdn.sede@mail.telepac.pt